

A universalidade do voto: (re)pensando os direitos políticos das pessoas com deficiência

Marcelo Polegario Lima¹; Marcie Gabriele da Silva Teixeira²; Maria Cristina Alves Delgado de Ávila³

Resumo

A promoção dos direitos da pessoa com deficiência, a partir da incorporação à ordem jurídica brasileira, com *status* de emenda constitucional, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assim como a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ganhou novos contornos e trouxe a necessidade de avaliarmos os impactos daí advindos e os desafios na concretização da novel legislação. Nesse contexto, considerando a reestruturação operada no âmbito da teoria das incapacidades e, sobretudo, a efetividade do princípio da autonomia, entendido como corolário da dignidade da pessoa humana, busca-se, na presente pesquisa, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, fomentar a discussão dos direitos políticos da pessoa com deficiência, tendo como vetor a consolidação de uma cidadania inclusiva, a qual impõe a adoção de políticas públicas que garantam, de forma ampla, o direito de votar e de ser votado, pilares do princípio da universalidade, a fim de que a democracia não seja apenas um discurso, mas um instrumento de incremento da igualdade.

Palavras-chave:

Direitos políticos. Cidadania. Pessoa com deficiência.

¹ Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Damásio de Jesus. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa – UBM. Graduado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Pesquisador colaborador, pela mesma instituição, do NUPED – Núcleo de Pesquisa do Direito – na linha de pesquisa "Direito, desenvolvimento e cidadania". E-mail: marcelo.swit@gmail.com

² Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa – UBM. Pesquisadora do NUPED – Núcleo de Pesquisa do Direito – na linha de pesquisa "Direito, desenvolvimento e cidadania". E-mail: marcie.gabriele@gmail.com

³ Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unisal. Professora do Centro Universitário de Barra Mansa – UBM. Pesquisadora do NUPED – Núcleo de Pesquisa do Direito – na linha de pesquisa "Direito, desenvolvimento e cidadania". E-mail: cristina.delgado@uol.com.br